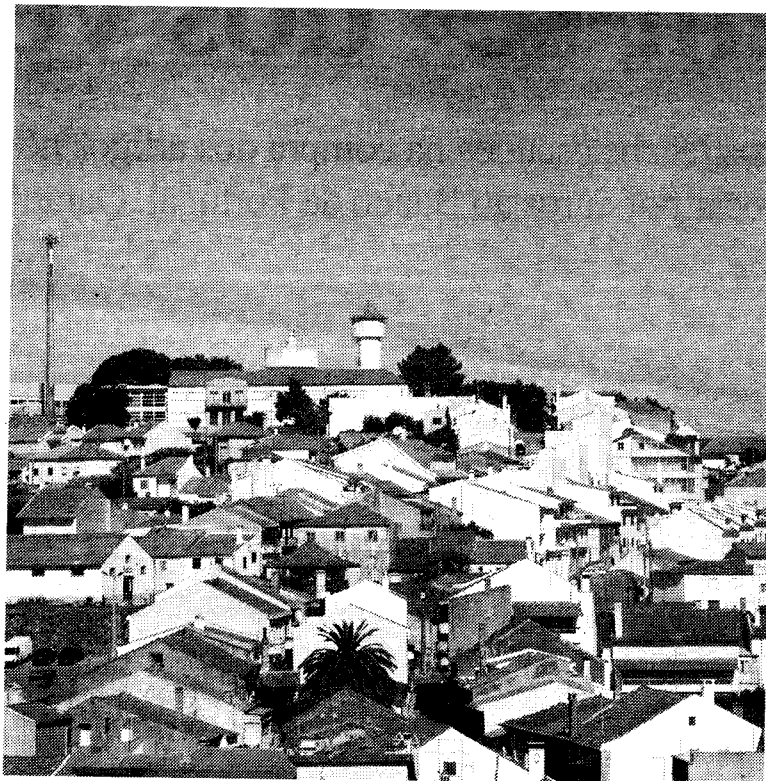


**CARTAS**

Em 2005 e 2006, alguns municípios ajustaram as suas tarifas. Esses ajustamentos conduziram a um aumento de 35% do custo médio nos 16 municípios, de 0,63 euros para 0,85 euros por m³

Negócios da água



A EMPRESA Águas do Zêzere e Côa, S.A., num documento data-do de 15 de Novembro de 2006, divulgou os resultados de um estudo intitulado “Tarifários Praticados nos Municípios e a Sustentabilidade Financeira da Águas do Zêzere e Côa”. Nesse estudo foram analisados os tarifários praticados por todos os 16 municípios abastecidos pela empresa, tendo por base um consumo médio de 120 m³ por ano e por cliente, ou seja, de 10 m³ por mês e por cliente, e utilizando como termos comparativos os tarifários de 2004 e 2006.

O estudo permite-nos algumas conclusões:

1.^a No ano de 2004, os custos de água e saneamento para o consumidor final dos 16 municípios era em média de 0,63 euros por m³. Em Penamacor, os consumidores pagavam pelo mesmo serviço 0,62 euros, ou seja, um valor inferior à média;

2.^a No mesmo ano, os municípios de Almeida (0,70 euros), Celorico da Beira (0,63 euros), Fundão (0,73 euros), Gouveia (0,73 euros), Guarda (0,98 euros), Oliveira do Hospital (0,86 euros), Pínhel (0,81 euros) e Seia (0,83 euros), apresentavam tarifários de valores superiores aos praticados em Penamacor. Assim, em 2004,

do conjunto de 16, em 8 municípios pagava-se mais do que em Penamacor;

3.^a Em 2005 e 2006, alguns municípios ajustaram as suas tarifas. Esses ajustamentos conduziram a um aumento de 35% do custo médio nos 16 municípios, de 0,63 euros para 0,85 euros por m³;

4.^a Em Penamacor o aumento foi de 68%, ou seja, quase o dobro do aumento médio verificado no conjunto dos 16 municípios. Contudo, se fossem considerados valores de consumo superiores a 10 m³ e simultaneamente a componente de resíduos sólidos urbanos (em 2004 era de 0,65 euros e actualmente é de 1,50 euros), os aumentos percentuais seriam significativamente maiores;

5.^a Neste momento, dos 16 municípios em causa, apenas o Fundão e a Guarda praticam tarifários mais elevados que Penamacor. No entanto, pensamos que estes dois casos não são comparáveis ao de Penamacor, pois representam uma realidade económico-social muito distinta.

As conclusões anteriores mostram que os aumentos aprovados em 2006 pelo actual presidente da CMP, veementemente por nós rejeitados, são de uma inqualificável insensibilidade perante as dificuldades económico-sociais de muitos dos nossos municípios. Felizmente, o mesmo não aconteceu em municípios vizinhos.

A existir algum diferencial entre as tarifários praticados pela CMP e os valores pagos por esta à empresa fornecedora, deve ser encarado como um custo social, a assumir pela CMP em benefício das populações, e que pode ser facilmente compensado com a eliminação de gastos injustificados e de opções inúteis, que favorecem poucos, mas esquecem a maioria da população.

Haja coragem de tomar decisões e de trilhar um caminho alternativo!